



**UNHCR
ACNUR**

Agência da ONU para Refugiados



CÁTEDRA
SÉRGIO VIEIRA DE MELLO

Relatório Anual

Cátedra Sérgio Vieira de Mello





RELATÓRIO ANUAL 2020

Cátedra Sérgio Vieira de Mello

Sumário

Apresentação	3
Introdução e objetivos	6
CSVM em tempos de COVID-19	8
Ensino	10
Pesquisa	16
Extensão	17
Programas de permanência na universidade.....	22
Eventos realizados.....	23
Advocacy	24
Publicações realizadas pelos membros das CSVM no ano.....	25

Apresentação

Prezadas e Prezados colegas,

É com muita alegria que chegamos a mais um seminário nacional da Cátedra Sérgio Vieira de Mello. Este evento é uma oportunidade única de celebrarmos as conquistas dessa rede que é tão importante para o fortalecimento dos mecanismos de proteção e de busca por soluções às pessoas em situação de refúgio no Brasil. As Instituições de Ensino Superior, enquanto espaços de produção de conhecimento e de atenção à comunidade, têm se mostrado aliadas essenciais para a operação do ACNUR no país. No campo do **ensino**, estas instituições têm colaborado com a difusão de conhecimento sobre o tema do refúgio, incluindo cada vez mais disciplinas centradas na defesa dos direitos humanos de populações forçadas a se deslocar. Já na **pesquisa**, os grupos de pesquisadores existentes geram análises e estudos sobre a situação de deslocamento forçado no mundo a partir da realidade brasileira e contribuem com soluções inovadoras para os problemas que atualmente assolam pessoas refugiadas. Ademais, os inúmeros projetos de **extensão** têm colaborado com a inserção de refugiados, refugiadas, e de solicitantes da condição de refugiado não somente na comunidade acadêmica, mas também nas comunidades e cidades em que a população refugiada é acolhida, beneficiando milhares de pessoas.

Muito embora este seja um momento de celebração, não podemos deixar de lembrar algumas situações preocupantes.

A primeira é a atual situação de deslocamento forçado no mundo. A recente edição do relatório “Tendências Globais”, do ACNUR, lançado em junho de 2020, mostra que 79,5 milhões de pessoas encontram-se fora dos seus locais de origem por força de perseguições, conflitos e violações de direitos humanos. O crescimento de quase 10 milhões de pessoas em um ano reflete o aumento da violação de direitos humanos no mundo, com especial atenção à situação venezuelana que enfrentamos com o grande apoio de cada uma das universidades membros da cátedra, dos colegas dos escritórios do ACNUR em Belém, Brasília, Boa Vista, Manaus, Pacaraima, e São Paulo, bem como com a sociedade civil, o setor privado e o poder público brasileiro em todas as suas esferas.

A segunda é o contexto de pandemia global causada pela COVID-19. A possibilidade de contágio e as medidas de isolamento social decorrentes das políticas municipais, estaduais e federal de prevenção contra a doença fizeram com que a dinâmica natural do nosso trabalho e dos atendimentos dos nossos parceiros se transformasse, forçando-nos a ser mais criativos para nos adaptar a um ambiente menos favorável para a inserção socioeconômica das pessoas que protegemos, garantindo seus direitos. Muitos foram os desafios, mas aos poucos e com a enorme dedicação de todas as equipes e de nossos parceiros, temos a cada dia aperfeiçoado a nossa atuação, garantindo que ninguém fique desguarnecido.

Muitos são os problemas, mas não desanimamos nunca! A proteção de pessoas refugiadas e solicitantes da condição de refugiado é o grande norte, e como é demonstrado neste relatório, contamos com uma rede ampla e ativa de professores e alunos que também dedicam suas vidas não só ao ensino e à pesquisa do tema do refúgio, mas também a apoiar cada uma dessas pessoas que requerem apoio das suas instituições. A todos e todas, os nossos agradecimentos e a certeza da contínua renovação e fortalecimento de nossas parcerias!

Brasília, 22 de setembro de 2020



José Egas

Representante do ACNUR no Brasil



“

A proteção de pessoas refugiadas e solicitantes da condição de refugiado é o grande norte, e como é demonstrado neste relatório, contamos com uma rede ampla e ativa de professores e alunos que também dedicam suas vidas não só ao ensino e à pesquisa do tema do refúgio, mas também a apoiar cada uma dessas pessoas que requerem apoio das suas instituições”

José Egas

Representante do ACNUR no Brasil

Introdução e objetivos

Iniciativa da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) em conjunto com as Instituições de Ensino Superior (IES), a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) é fundamental para garantir que pessoas refugiadas e solicitantes da condição de refugiado tenham garantido seu acesso a direitos e serviços no Brasil e apoiá-las na integração local.

A CSVM, desta forma, é uma importante ferramenta de proteção por meio da qual uma rede entre universidades é criada e constantemente fortalecida. Assim, as IES podem coordenar esforços na proteção de refugiados por meio do compartilhamento de informações e boas práticas. Cada universidade atua por meio de cursos de graduação e/ou pós-graduação nos eixos de **ensino, pesquisa e extensão** de modo a fortalecer uma abordagem inclusiva, educação protetora e pesquisa aplicada a fim de consolidar o acolhimento de pessoas em situação de refúgio na vida universitária e garantindo meios de coexistência pacífica junto à comunidade local nos lugares de acolhida.

OBJETIVOS:

- a. **Estabelecer rede universitária de apoio** às pessoas refugiadas e solicitantes da condição de refugiado em todas as regiões brasileiras, norteada pela promoção de parceria, proteção, qualidade de ensino e facilitação de ingressos à serviços de apoio e ao ensino acadêmico;
- b. **Sensibilizar, capacitar e contribuir para a formação de professores e estudantes** universitários acerca das três vertentes da Proteção Internacional da Pessoa Humana visando a sensibilização e o ensino sobre o tema do refúgio;
- c. **Incentivar a pesquisa, a produção de conhecimento científico** e difusão de trabalhos acadêmicos, fortalecendo a construção e o compartilhamento de saberes entre os universitários;
- d. **Incorporar prestação de serviços às pessoas refugiadas**, por meio do atendimento solidário e promoção de serviços comunitários a essa população nas IES e em suas áreas de abrangência.

Instituições de Ensino Conveniadas

Até agosto de 2020, a CSVM contava com

23 IES CONVENIADAS



CSVM em tempos de COVID-19

A pandemia da COVID-19 trouxe diversos desafios à sociedade que afetam a sobrevivência de todos os membros das camadas sociais no Brasil, especialmente para pessoas que estão em processo de deslocamento, seja ele forçado ou voluntário. Essas pessoas já foram deslocadas por dificuldades políticas e socioeconômicas em seus países de origem e não têm outra opção a não ser buscar proteção internacional no Brasil.

No contexto brasileiro, pessoas refugiadas e solicitantes da condição de refugiado se esforçam para se sobrepôr à instabilidade causada pela pandemia. Muitos sentiram maior dificuldade em acessar serviços públicos. Além disso, o idioma normalmente é uma barreira, já que a maioria das pessoas refugiadas e migrantes recém-chegadas ao país tem habilidades limitadas da língua portuguesa, permanece criando desafios adicionais para sua integração socioeconômica. Pessoas que poderiam acessar o mercado de trabalho estão, neste momento, perdendo seus empregos ou lidando com a incerteza do futuro, tendo que buscar formas alternativas de geração de renda. As crianças em casa permanentemente também requerem atenção dos pais que, com dificuldades de geração de renda, correm risco de despejo, agravando a já delicada saúde mental da população refugiada.

Neste contexto, as universidades que compõe a CSVM também têm lidado com os desafios impostos pela pandemia. Segundo as IES conveniadas, tanto as aulas quanto as atividades presenciais tiveram que ser suspensas dada a necessidade de isolamento social. A situação gerou dificuldade em transpor as atividades presenciais para os ambientes virtuais, decorrente das dificuldades impostas pela necessidade de pessoas refugiadas e solicitantes da condição de refugiados em terem o acesso à internet, necessário para o uso das plataformas de educação a distância e outras formas de comunicações com as quais as CSVM procuraram manter o seu trabalho a distância.

Como consequência direta da pandemia, várias atividades que apoiam as pessoas refugiadas foram prejudicadas. Isso inclui a suspensão de alguns editais de ingresso às IES e dos atendimentos presenciais realizados pelos projetos de extensão

universitária. Com isso, a população assistida não pode receber o mesmo acolhimento.

Ademais, o encaminhamento a serviços públicos oferecidos pelas IES ou pelas prefeituras no trabalho em rede realizado pela CSVM também sofreu, já que muitos desses serviços também foram interrompidos ou reduzidos. As IES conveniadas à CSVM também perceberam um aumento no relato de perda de emprego formal e de dificuldades de continuação nos trabalhos informais.

A pandemia, assim, tornou-se um marco nas reflexões sobre qualidade de vida e acesso a direitos das pessoas refugiadas. O atual momento, entretanto, obrigou as IES a repensar seu papel e a forma de alcançar a população assistida, no marco da CSVM.

Muitas IES procuraram realizar busca ativa de alunos e apoiaram a inclusão digital dos mais vulneráveis, facilitando, assim, a participação em atividades remotas. As IES também direcionaram seus esforços em manter os auxílios de permanência estudantil. Outras atuaram ativamente na interlocução com Defensorias Públicas e nos apoios em solicitação do auxílio emergencial.

Algumas IES aproveitaram para verificar a mudança nas demandas das pessoas refugiadas e solicitantes e se adequaram para melhor atendê-las. Houve também um esforço para a democratização de acesso à informação neste período, buscando uma aproximação junto à população por meio de canais antes pouco utilizados, como as redes sociais (Facebook, Instagram, WhatsApp).

Nesse sentido, por exemplo, a UERJ tem produzido um informativo semanal sobre a pandemia da COVID-19 no estado, no país e no mundo, com foco em países de forte presença de refugiados no Rio de Janeiro. Esse material, com síntese de notícias, os links e áudio das mesmas são enviados semanalmente pela coordenação pedagógica da Caritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, por WhatsApp, para os solicitantes e pessoas refugiadas matriculadas no curso de “Português com Refugiados”. A iniciativa se desenvolve frente à impossibilidade de muitos em acessar plataformas de conversas síncronas considerando que WhatsApp não impõe limite de dados nos pacotes 3G ou 4G.

Acesso à internet também foi o mote do projeto realizado pela UFRR. Chamado de “Conectate”, ele já beneficiou 300 venezuelanos, haitianos e cubanos. A UFES distribuiu cestas básicas a aproximadamente 2.000 pessoas de diversas

nacionalidades (venezuelana, cubana, síria, libanesa, congoleza, angolana) em parceria com o Projeto Ninho.

Em decorrência dessa busca, foi realizada uma série de lives e webinars que abordaram o tema de direitos humanos e refúgio, muitos das quais podem ser acessadas pelo link acnur.org/portugues/catedra-sergio-vieira-de-mello/eventos.

Ensino

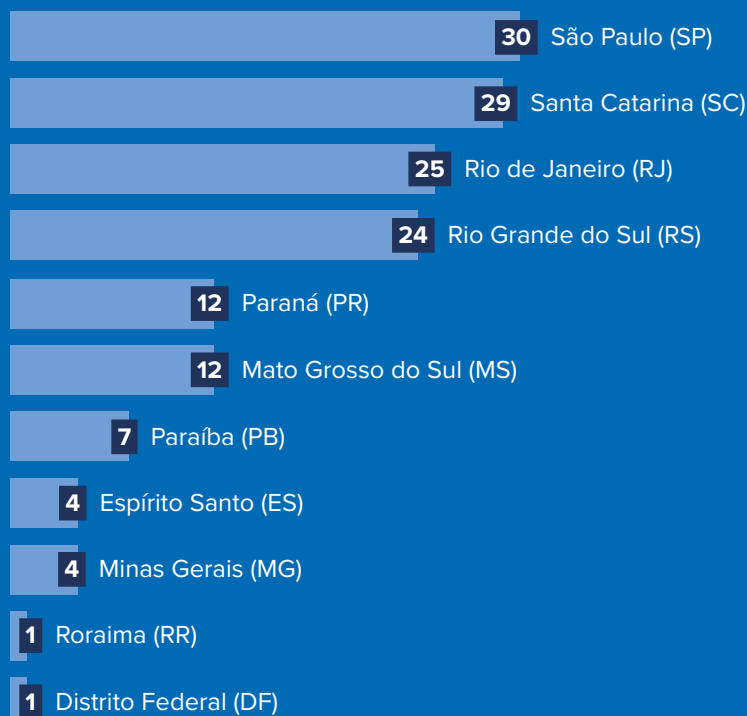
Por meio do Eixo do Ensino, a CSVM tem como objetivo disseminar temas de proteção internacional dos direitos humanos e dos refugiados, com o ensino do Direito Internacional Humanitário, do Direito Internacional dos Direitos Humanos e do Direito Internacional dos Refugiados. É por meio do ensino que são possíveis o treinamento acadêmico e a capacitação de professores e alunos nessas disciplinas. É dentro deste escopo, também, que pessoas refugiadas e solicitantes da condição de refugiado podem ter acesso às IES, a exemplo do apoio na revalidação de diplomas e de editais específicos de ingresso e reingresso voltados à população refugiada.

DISCIPLINAS OFERECIDAS

Entre 2019 e 2020, as Instituições de Ensino Superior associadas à CSVM informaram que ofereceram em suas grades curriculares da graduação e/ou pós-graduação alguma disciplina relacionada ao refúgio. No ano referente a este relatório, aproximadamente 83 disciplinas foram ou são oferecidas na graduação e outras 66 disciplinas de pós-graduação, todas vinculadas aos temas de proteção internacional.

Por meio da CSVM, é possível alcançar uma gama ampla de alunos e cursos, mostrando não só a transdisciplinaridade do tema do refúgio, mas também os esforços das IES na promoção da temática. No atual momento, há disciplinas vinculadas com o tema oferecidas nos cursos de Antropologia, Artes, Ciência Política, Ciências Sociais, Comunicação, Comunicação Social, Direito, Direito Internacional Público, Economia, Educação, Geografia, História, Letras, Medicina, Pedagogia, Políticas Públicas, Psicologia, Relações Internacionais, Saúde Coletiva, Segurança Pública, Serviço Social, Terapia Ocupacional e Turismo. Neste ano, devido a pandemia, muitas universidades suspenderam as atividades de ensino, mas espera-se que essas atividades retornem ou no segundo semestre de 2020 ou no início de 2021.

Quantidade de disciplinas de graduação e pós-graduação oferecidas pelas IES por estado da federação no período deste relatório



Universidades que possuem cursos específicos sobre o tema:

- Graduação
- ★ Pós Graduação

UFABAC (SP)	●	★
UNICAMP (SP)	●	★
UNIFESP (SP)	●	★
UNISANTOS (SP)	●	★
UFSC (SC)	●	★
UNIVALI (SC)	●	★
UFF (RJ)	●	★
Fundação Casa Rui Barbosa (RJ)		★
UFRGS (RS)	●	
UNISINOS (RS)	●	★
UFSM (RS)	●	★
UFPR (PR)	●	★
UFGD (MS)	●	★
UEPB (PB)	●	★
UVV (ES)	●	★
UFES (ES)	●	★
PUC-Minas (MG)	●	★
UFRR (RR)	●	
UnB (DF)		★

É importante ressaltar que, a despeito da situação causada pela pandemia, o ensino tem grande alcance. Na Unicamp, por exemplo, as disciplinas vinculadas à CSVM não possuem pré-requisitos, permitindo que qualquer estudante da universidade possa cursá-las. A PUC-Minas, por sua vez, oferece módulo sobre Migração, Refúgio e Direitos Humanos no curso de Pós-Graduação Lato Sensu, dos departamentos de Serviço Social e Ciências Sociais. A UFSM, por exemplo, oferece no seu currículo os cursos de Direito Internacional Público, Comunicação e Cidadania, Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional, Estudos Étnicos e Raciais, Estudos Migratórios e Proteção Internacional dos Direitos Humanos. A Univali, por sua vez, apresenta um programa de mestrado profissional voltado para a discussão da regulação do fenômeno migratório e do deslocamento forçado. As disciplinas sobre refúgio na UniSantos, por sua vez, também estão nas áreas de Educação, Psicologia, e Saúde Coletiva. Em conjunto, as CSVM são capazes, portanto, de incentivar o estudo dos temas de refúgio nas mais diversas áreas do conhecimento.

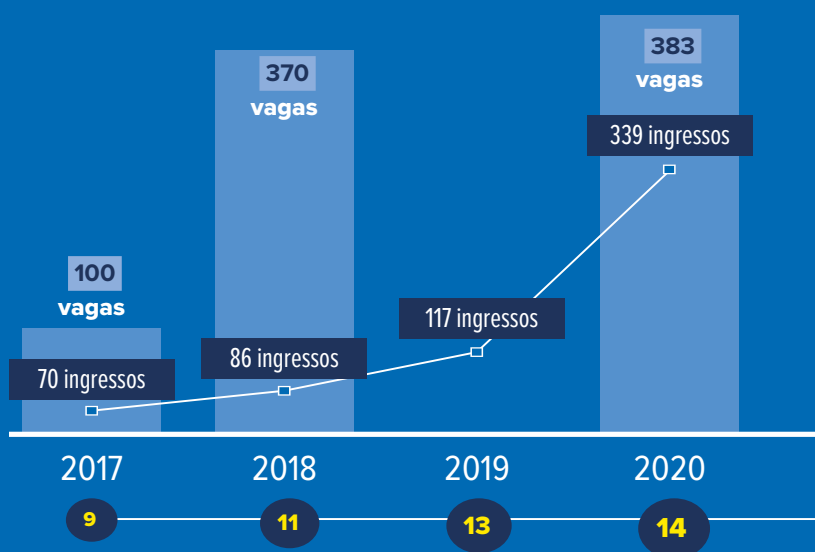
INGRESSO FACILITADO

O ingresso facilitado ao ensino superior é uma iniciativa das IES que levam em consideração a situação de vulnerabilidade das pessoas refugiadas e, assim, disponibilizam vagas exclusivas para refugiados, refugiadas, solicitantes da condição de refúgio e/ou migrantes em situação de vulnerabilidade.

Entre 2019 e 2020, **14 universidades** contaram com procedimento de ingresso facilitado para graduação e pós-graduação, sendo que em 11 delas ocorreu por edital específico para esse grupo. Em conjunto, as CSVM conseguem garantir cerca de 383 vagas específicas para pessoas refugiadas e solicitantes nos cursos de graduação.

→ UNISANTOS, UFRGS, UVV, PUC-Minas, UNIFESP, UFPR, UFSM, UFF, UFSCAR, UNICAMP, UnB, UFES, UEPB e UFABC.

Situação de Ingresso de refugiados, migrantes e solicitantes da condição de refugiado nas IES vinculadas à CSVM



Atualmente, aproximadamente

339
REFUGIADOS
E SOLICITANTES

estão matriculados em IES vinculadas à CSVM

Número de IES com ingresso facilitado

Atualmente, 329 refugiados, refugiadas e solicitantes são estudantes de graduação, além de 9 alunos de mestrado e 1 de doutorado. O número de alunos pertencentes a esses grupos que estão regularmente matriculados, entretanto, pode ser maior. Algumas universidades relataram que o atual cadastro de matrícula realizado por meios online não comporta essa classificação, dificultando a identificação dessas pessoas no meio acadêmico.

No decorrer deste ano, a UNIFESP realizou o primeiro processo seletivo contendo uma vaga específica por curso de graduação, selecionando 14 estudantes em cinco cursos diferentes. A UFPR, por sua vez, tem dois editais distintos. O primeiro, realizado desde 2014, trata do reingresso no meio universitário. Por meio deste edital, a pessoa pode ingressar na UFPR, no mesmo curso que a pessoa refugiada cursava no país de origem, ocupando vagas remanescentes. O segundo, aprovado em 2018, trata de um vestibular especial, no qual o ingresso na universidade ocorre por meio de uma prova adaptada. Neste caso, são destinadas 10 vagas suplementares, onde os candidatos escolhem mediante a aprovação. Em conjunto, os dois projetos contabilizam 115 alunos regularmente matriculados na UFPR. A UFRGS conta hoje com 60 alunos matriculados e a UFES com 37.

REVALIDAÇÃO DE DIPLOMAS

A integração local de pessoas refugiadas tem maior sucesso em contextos onde existem oportunidades de aproveitamento da formação trazida por elas. O perfil das pessoas refugiadas no Brasil é diverso, e muitos indivíduos têm diplomas de graduação e/ou pós-graduação.

A CSVM tem se engajado em estabelecer procedimentos de revalidação sensíveis à situação específica dessa população. Isso significa levar em consideração questões ligadas a barreiras linguísticas ou ausência de documentos comprobatórios de suas respectivas qualificações acadêmicas.

A revalidação de diploma permite que as pessoas refugiadas encontrem melhores oportunidades de emprego e consigam alcançar a autossuficiência. Além disso, ao terem a possibilidade de prosseguir desenvolvendo seus projetos de vida e aspirações educacionais/profissionais, refugiados e refugiadas podem contribuir ativamente com o desenvolvimento de suas comunidades de acolhida, promovendo o desenvolvimento das localidades que passam a integrar.

No Brasil, para que o diploma expedido por uma instituição estrangeira seja reconhecido como válido, a pessoa interessada deve apresentar uma série de documentos a uma universidade pública brasileira, que será responsável por analisar se aquele diploma pode ou não equivaler a um currículo válido no Brasil. Neste sentido, a CSVM cria procedimentos de revalidação voltados especificamente para a população refugiada, considerando suas especificidades

e buscando meios para que busquem vagas de trabalho condizentes com suas formações acadêmicas ou caso desejem prosseguir seus estudos.

Reconhecendo as dificuldades de quem foi forçado a deixar seu país de origem, muitas vezes sem os documentos exigidos, o artigo 14 da Portaria Normativa do MEC nº 22, de dezembro de 2016, prevê que pessoas reconhecidas como refugiadas no Brasil terão direito a um processo facilitado para que essa população tenha a oportunidade de aproveitar as conquistas acadêmicas anteriormente obtidas. Além disso, os estados de São Paulo (Lei nº16.685/2018), Rio de Janeiro (Lei nº8.020/2018) e Paraná (Lei nº19.830/2019) aprovaram leis estaduais que determinam a isenção do pagamento de taxas de revalidação de diplomas em universidades públicas para pessoas refugiadas que vivem nos respectivos estados.

Hoje, o procedimento de revalidação de diplomas pelas universidades federais pode ser iniciado por três meios diferentes: um físico e dois eletrônicos. O meio presencial, com a entrega dos documentos físicos à universidade, é utilizado por cinco universidades. O primeiro formato eletrônico é aquele que ocorre pelo sistema SEI (Sistema Eletrônico de Informações), e o segundo ocorre por meio da Plataforma Carolina Bori - de gestão e controle de processos de revalidação de diplomas. Hoje, três universidades utilizam o sistema SEI, e oito universidades usam a Plataforma Carolina Bori. Ressalta-se que a mesma universidade pode utilizar mais de um sistema.

Desde junho de 2019, 76 diplomas de refugiados, refugiadas, apátridas, solicitantes da condição de refugiado ou portadores de visto humanitário foram revalidados pelas universidades que compõe a CSVM. As universidades com maior quantidade de diplomas revalidados neste ano foram: UFF (22), UFPR (21) e UNICAMP (19).

Verifica-se que os diplomas revalidados eram de variados cursos, entre os quais Administração, Artes Visuais, Ciências Biológicas, Direito, Educação Física, Engenharia Florestal, Engenharia Química, Farmácia, Física, Geografia, Letras - francês, Nutrição, Odontologia e Pedagogia.

Para colaborar com a revalidação de diplomas, atualmente, **oito universidades** conveniadas à CSVM possuem programa específico ou norma sobre facilitação de revalidação de diplomas de pessoas refugiadas, apátridas, solicitantes de refúgio ou portadores de visto humanitário. Neste caso, realiza-se a flexibilização do processo de revalidação de diplomas de graduação obtidos no exterior quando

→ UNIFESP,
UEPB, UFABC,
UFF, UFPR,
UnB, UNICAMP
e UFES.

ocorre a falta de algum documento. A situação documental pode ser justificada e pode ser realizada prova compensatória. É necessário apresentar a grade curricular do curso concluído para análise de equivalência.

Além disso, independente da ocorrência ou não de norma sobre revalidação de diplomas a essa população, **11 universidades** relataram a existência de projetos de extensão ou grupo de apoio da própria universidade que pode apoiar com a documentação para dar entrada em processo de revalidação de diploma.

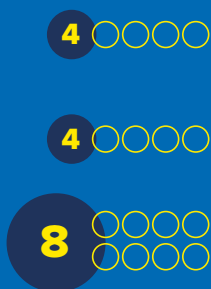
- UEPB, UFABC, UFGD, UFPR, UFRGS, UFSM, UnB, UNICAMP, UNIVALI, UVV e UFES.

As nacionalidades também são diversas, contando com venezuelana, síria, haitiana e congolesa.

Reconhecendo a importância de exercer a sua própria formação no país de acolhida, um dos focos do ACNUR no Brasil é a expansão das oportunidades de revalidação de diplomas. Desde 2016, o ACNUR, em parceria com a ONG Compassiva, trabalha para apoiar pessoas refugiadas neste processo. Das 16 IES que indicaram que realizam processo de revalidação de diplomas com ou sem facilitação, quatro apoiaram a ONG Compassiva. No caso da UFF, a CSVM relata que o apoio da Compassiva foi essencial para a revalidação de pelo menos 75% dos processos no ano.

Situação de Revalidação de Diplomas de refugiados, migrantes e solicitantes da condição de refugiado nas IES vinculadas à CSVM

Número de IES com procedimentos facilitados de revalidação de diplomas



Diplomas revalidados



© ACNUR / Felipe Inaldo

Pesquisa

O eixo da CSVM voltado para a pesquisa tem como objetivo incentivar e promover temas ligados à proteção e integração local de pessoas refugiadas no Brasil e no mundo. As IES são responsáveis por difundir e promover a temática da proteção internacional mediante atividades curriculares e extracurriculares, incluindo conferências públicas, participação em seminários, realização de publicações e concessão de bolsas de pesquisa para alunos e professores destacados.

A geração de dados possibilita maior compreensão das dinâmicas socioculturais que impactam na integração local, na criação de políticas públicas voltadas para esta população, bem como propicia maior visibilidade da temática da proteção de pessoas refugiadas para a comunidade acadêmica, sociedade civil, e população em geral. Dessa forma, é possível desenvolver, em parceria com o ACNUR, programas de difusão e sensibilização sobre o tema do refúgio no Brasil, por meio de treinamentos e organização de eventos conjuntos de capacitação para agentes envolvidos na recepção e integração de pessoas refugiadas e solicitantes no país.

Entre as 23 IES da CSVM, há mais de 45 grupos de pesquisa sobre refúgio ou temas relacionados, com linhas de pesquisa que permeiam a questão de pessoas refugiadas, solicitantes da condição de refugiado e a migração em geral. O ACNUR estimula também **trabalhos de pesquisa** em parceria com a sociedade civil, academia e instituições públicas, bem como incentiva a divulgação de dados quantitativos e qualitativos sobre a população refugiada e solicitante no Brasil. Esses grupos são compostos por 565 pesquisadores entre Graduandos (225 pesquisadores), Graduados e Mestrados (122), Mestres e Doutorandos (89) e Doutores (129). Desses, 164 pesquisadores recebem bolsas de pesquisa de instituições de fomentos estaduais e federais.

→ No final deste relatório, há uma lista não exaustiva dos trabalhos publicados por membros da CSVM entre 2019 e 2020.

Por meio das articulações propiciadas pelos professores da rede da CSVM e da consequente geração de dados, em 2019 foi publicada pesquisa sobre o [perfil socioeconômico dos refugiados no Brasil](#). Em 2020, foi publicado, em parceria com a UFRR, a pesquisa [“A economia de Roraima e o fluxo venezuelano: evidências e subsídios para políticas públicas”](#)¹.

¹ Mais informações sobre publicações realizadas pelo ACNUR, acesse acnur.org/portugues/publicacoes/

Extensão

A extensão universitária é um processo interdisciplinar que promove a interação entre as IES e outros setores da sociedade. É um processo educativo, cultural, científico e político, que transforma e é transformada com os setores sociais com os quais atuam².

A extensão possui impacto direto na vida das pessoas refugiadas e solicitantes da condição de refugiado, sendo um dos meios mais imediatos de garantia à proteção. É por meio destas atividades que se garante uma rede de apoio e assistência à população em situação de vulnerabilidade, promove-se uma maior integração local e coexistência pacífica entre as populações refugiadas e a nativa. Para as universidades, é um excelente meio de permitir aos futuros profissionais contato com outras culturas, algo essencial ao crescimento profissional.

Neste relatório, vamos tratar de projetos de extensão embarcados nos seguintes temas:

- a. Serviços de Saúde
- b. Saúde Mental e Apoio Psicossocial
- c. Ensino da língua portuguesa
- d. Assessoria Jurídica
- e. Integração Laboral

SERVIÇOS DE SAÚDE

Tanto a Constituição Federal de 1988 quanto a Lei n. 9.474/97 trazem o direito à saúde como garantia aos solicitantes e pessoas refugiadas. O acesso eficaz a este direito é um dos principais desafios para essa população.

Por essa questão, a cada ano mais IES vinculadas à CSVM oferecem serviços complementares de apoio à saúde física e mental da população refugiada em geral, disponibilizados pelos diversos cursos de graduação ou pós-graduação, principalmente por meio de seus departamentos de atenção à saúde, medicina e psicologia.

² roex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf

Alguns exemplos de serviços disponíveis são: acesso aos hospitais e clínicas mantidas pelas IES, aos serviços oferecidos pela universidade comunitária de atenção básica e odontologia, atendimentos emergenciais e encaminhamentos voltados para a área de saúde. Além disso, atividades e capacitações para a sensibilização de gestores e profissionais que atuam na área da saúde também estão em desenvolvimento pelas universidades da CSVM. Em 2020, **seis universidades** ofereceram serviços nessa área, com cerca de 36 atendimentos realizados.

→ UERJ,
PUC-Minas,
UNIFESP,
UFPR, UVV,
UNICAMP.

SAÚDE MENTAL E APOIO PSICOSSOCIAL

Os deslocamentos forçados trazem consigo situações profundas que podem causar ou aprofundar traumas nas pessoas que as vivenciaram. É por esta razão que o acesso e o apoio à saúde mental e bem-estar psicossocial são fundamentais para o acolhimento, fortalecimento e empoderamento de pessoas em situação de refúgio. É desta forma que esta população se sentirá preparada para recomeçar suas vidas no Brasil. Um dos esforços de proteção do ACNUR é garantir que riscos e consequências de médio e longo prazo relacionados à saúde mental e ao bem-estar psicossocial sejam prevenidos e mitigados.

Em 2020, **13 IES** ofereceram esses serviços. Muitas vezes o encaminhamento é feito por organizações da sociedade civil que possuem o contato mais direto com solicitantes e pessoas refugiadas. As IES são elemento fundamental desta rede de acolhida e apoio na integração e proteção desta população. Ao longo de 2020, foram mais de 485 atendimentos.

→ PUC-Minas,
UERJ, UFABC,
UFF, UFPR,
UFRGS, UFSC,
UFSCAR,
UFSM,
UNICAMP,
UNIFESP,
UNISANTOS
e UVV.

Em parceria com o Grupo de Trabalho de Combate ao Suicídio da Prefeitura de Vitória, no Espírito Santo, a UFES realiza projeto de prevenção ao suicídio. Pretende-se com o projeto implementar atividades de conscientização e prevenção ao suicídio recorrendo-se a intérpretes das línguas de origem das pessoas em situação de refúgio atendidas pela CSVM da UFES.

ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Um dos maiores desafios imediatos enfrentados pela população em situação de refúgio recém-chegada ao Brasil é o domínio da língua portuguesa, o que dificulta a inserção social e laboral. Aprender português, sem dúvidas, é determinante não só para a integração, mas também para a proteção já que muitas vezes a rede

local de serviços comunica-se apenas por meio da língua portuguesa.

É a partir do aprendizado da língua portuguesa que demais perspectivas de integração podem ser alcançadas com maior sucesso e eficácia, como a busca por um trabalho formal, o acesso aos serviços públicos de saúde e educação, bem como o conhecimento de seus direitos sociais e trabalhistas. Por isso, as IES da CSVM são encorajadas a propiciar o acesso gratuito dos solicitantes e pessoas refugiadas, matriculadas ou não nas universidades, a cursos de idiomas oferecidos pelas instituições, preferencialmente o de português para estrangeiros.



Pensando no acolhimento linguístico e acadêmico, em 2020 foi lançado o livro didático “Passarela” pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Esta obra foi elaborada para as disciplinas “Português: Práticas Textuais Acadêmicas I e II” e é destinado a pessoas refugiadas e migrantes que estão matriculadas em cursos de graduação e pós-graduação e precisam do português para o contexto universitário.

O ACNUR incentiva que cada vez mais IES se envolvam nesta atividade, bem como mais vagas sejam disponibilizadas. Em 2020, **18 universidades** ofereceram cursos de português para quase 4.000 pessoas refugiadas e solicitantes da condição de refugiado entre 2019 e 2020:

- UERJ, UFRGS, UFABC, UFF, UnB, UFRR, UVV, UFPR, UFGD, UFES, UNIFESP, UNIVALI, UFSM, UEPB, UFSCAR, PUC-Minas, UNISINOS, UNICAMP.

Situação atual de cursos de português oferecidos por IES vinculadas às CSVM



ASSESSORIA JURÍDICA

A proteção de pessoas refugiadas e solicitantes da condição de refugiado bem como sua integração na sociedade acolhedora possuem elementos fundamentais, entre eles, o acesso à justiça e assistência jurídica. É por meio de núcleos jurídicos das IES vinculadas à CSVM que se encontra uma maneira eficaz de tornar tais serviços economicamente acessíveis à população, além de possibilitar aos estudantes experiência na área e uma vivência intercultural.

Em 2020, **14 universidades** oferecem serviço de assessoria jurídica realizando mais de 2.100 atendimentos entre 2019 e 2020. No relatório anterior, o número de atendimentos foi de 860, resultando em um aumento de aproximadamente 150% de atendimentos até julho de 2020. Este aumento demonstra a relevância da garantia deste serviço a esta população, e o ACNUR incentiva que as demais IES desenvolvam projetos e implementem serviços semelhantes em seu planejamento.

→ UNISANTOS, UFRGS, UFPR, UEPB, UNIVALI, UFRR, UVV, UFSM, UNICAMP, PUC-Minas, Fundação Casa de Rui Barbosa, UFF, UFGD e UFES.

O projeto AMMAR (Aliança Mulheres Migrantes Apátridas e Refugiadas) da UFPR realiza o acolhimento, atendimento e acompanhamento jurídico, linguístico e psicológico de mulheres refugiadas, migrantes, e portadoras de vistos humanitários em Curitiba e região que sofrem ou sofreram violência doméstica e/ou sexual, alcançando 20 haitianas e venezuelanas. O acolhimento e o encaminhamento para a rede de assistência social também são realizados pela PUC-Minas em apoio à Rede Acolhe Minas, atingindo 53 pessoas.

INTEGRAÇÃO LABORAL

É por meio do trabalho e emprego que pessoas refugiadas e em situação de refúgio podem se integrar de forma completa no Brasil, atingindo a independência financeira e a autossuficiência. Trabalho sempre foi relacionado à perspectiva de serem tratadas com dignidade e de forma a promover meios para seu empoderamento. Quando integrada à parte laboral, a população contribui economicamente para a diversificação da economia, bem como dos meios de trabalho e da sociedade como um todo.

Informações sobre o ingresso no mercado formal, direitos trabalhistas que solicitantes da condição de refugiado e pessoas refugiadas devem gozar desde o momento em que chegam ao Brasil e emitem a Carteira de Trabalho (CTPS) são

essenciais. As IES têm muito a contribuir com serviços, orientações sobre direitos trabalhistas e atendimentos nesta área, bem como na geração de dados sobre o perfil e potencial desta população.

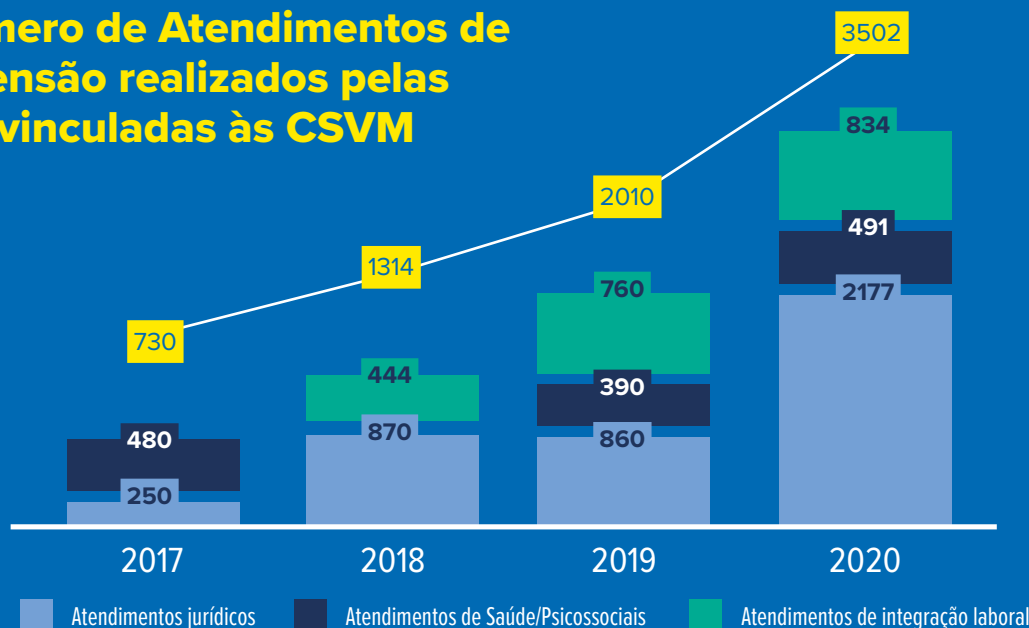
De julho de 2019 a junho de 2020, **sete universidades** ofereceram serviços de integração laboral. Entre 2019 e 2020, o número de atendimentos em integração laboral foi de cerca de 800. É importante considerar que a pandemia causou a paralização de muitos serviços e houve diminuição no número de contratações.

→ UFRR, UEPB, UFES, UFPR, UFSM, UUV, UNICAMP,

Para além de questões laborais, a UFGD tem realizado o seu projeto de Promoção, Monitoramento e Avaliação da Interiorização e a Integração de Refugiados e Migrantes Venezuelanos no município de Dourados-MS, atingindo com os seus atendimentos cerca de 2.000 venezuelanos.

Há também programas de extensão que visam a formação de professores e o acompanhamento de crianças no desenvolvimento escolar. Em um primeiro projeto, a UERJ formou professores da rede de educação básica contemplando a formação continuada para o trabalho intercultural com estudantes refugiados, migrantes, indígenas, com necessidades educativas especiais que são crianças, jovens e adultos da modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) tanto em São Gonçalo quanto em Duque de Caxias.

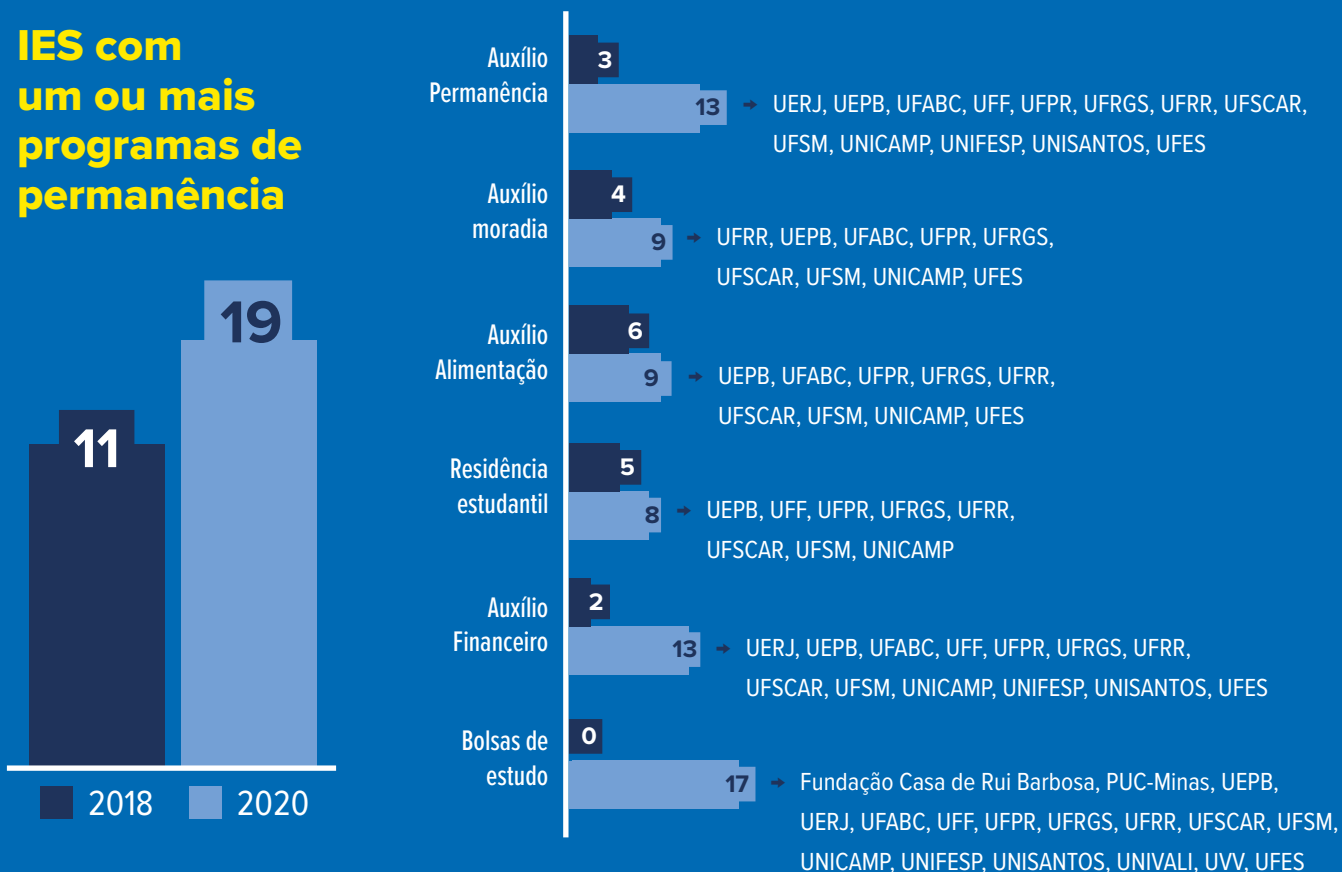
Número de Atendimentos de Extensão realizados pelas IES vinculadas às CSVM



Programas de permanência na universidade

Para muitas pessoas, a falta de recursos para aportar em alojamento, alimentação e transporte dificultam ou impossibilitam a permanência na Universidade. Para evitar um aumento na evasão, algumas universidades têm apoiado os estudantes em diversas frentes, como auxílio financeiro, bolsas de estudo, auxílio moradia, vagas em residência estudantil, apoio com auxílio transporte, entre outros. Algumas iniciativas já permitem o acesso também às pessoas refugiadas e outras estão em vias de incluir.

Além das iniciativas que serão descritas abaixo, há outras frentes de atuação, como o projeto “Trocas Culturais” realizado pela UNISANTOS, a “Bolsa Atividade” fornecida no âmbito da UFSCAR e o “Bolsa Auxílio Social” da UNICAMP por meio da qual o aluno recebe bolsa a partir da participação em atividades de extensão ou pesquisa por cerca de 10 horas semanais. Dentre as universidades conveniadas à CSVM, várias IES apoiam as iniciativas de permanência, como as abaixo:



Há um total de 17 Universidades conveniadas à CSVM que fornecem algum tipo de bolsa de estudos, entre elas bolsas de iniciação científica e outras que cobrem o valor da mensalidade. A Fundação Casa de Rui Barbosa mantém um programa de bolsas de pesquisa nos níveis de iniciação científica, graduado, mestre e doutor. Por meio do programa, a CSVM da Casa Rui tem selecionado bolsistas para realizar pesquisas sobre a temática das migrações internacionais e refúgio, incluindo refugiados e migrantes.

Um total de nove universidades fornecem auxílio moradia aos estudantes, algumas fornecendo vaga em residências estudantis, outras com apoio monetário que varia de R\$ 350,00 a R\$ 550,00.

O auxílio alimentação é amparado por nove universidades conveniadas à CSVM, em sua maioria por meio do fornecimento gratuito de refeições nos restaurantes universitários (RUs).

Eventos realizados

Entre 2019 e 2020, as IES associadas à CSVM realizaram 84 eventos, entre cursos, seminários, workshops, palestras, rodas de conversa, lançamento de livros, mutirões e jogos.

Em junho de 2020, foi realizado o II Seminário da Cátedra Sérgio Vieira de Mello da UERJ. Por conta da pandemia, o encontro foi feito de forma virtual e contou com apresentação de trabalhos de pesquisa e extensão dos projetos vinculados à Cátedra.

A UEPB celebrou o Dia Mundial do Refugiado com uma mesa redonda virtual e participou de audiências públicas para tratar da questão dos venezuelanos na Paraíba, junto à Câmara Municipal de João Pessoa, Assembleia Legislativa da Paraíba e Ministério Público Federal.

Antes da pandemia, a UNICAMP realizou jogos amistosos de futebol entre estudantes indígenas e refugiados. Para a comemoração do Dia Mundial do Refugiado, foram feitas exposições de documentários, atividades contra o tráfico de pessoas e aulas abertas.

A Fundação Casa de Rui Barbosa teve, entre suas atividades:

- a. A “crise” migratória como crise do direito internacional. Série Migrações Internacionais, com o palestrante Ralph Wilde;
- b. V Curso de Verão: Refúgio e Migração em uma Perspectiva Global;
- c. O Imaginário da Fronteira: securitização da imigração e vidas em resistência. Série Migrações internacionais, com a palestrante Suzana Velasco;
- d. Lançamento da pesquisa “Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil. Subsídios para a Elaboração de Políticas”;
- e. Colóquio “Hospitalidade: entre ética, política e estética”.

Os conteúdos online promovidos pelas universidades estão disponíveis na página acnur.org/portugues/catedra-sergio-vieira-de-mello/eventos

Advocacy

As IES têm um papel importante no fortalecimento das respostas dos governos e ajudam a influenciar autoridades, parceiros não governamentais e a sociedade como um todo a adotar práticas que garantam a proteção a quem precisa. Elas ajudam a transformar políticas e serviços que afetam pessoas deslocadas e apátridas a nível municipal, estatal e/ou nacional. Em 2020, **15 universidades** →

FCRB, PUC-Minas, PUC-RJ, UVV, Unisinos, UEPPB, UNICAMP, UFGD, UFRR, UFSM, UFABC, UFES, UFPR, UFRGS, UFF



Publicações realizadas pelos membros da CSVM no ano

A ABDALLA, Maria de Fátima B. Das proposições das políticas educacionais aos desafios da diversidade cultural: o que se espera da profissão docente?. In: ABDALLA, M. F. B. Pesquisas em Educação: políticas, representações e práticas. Santos: Editora Leopoldianum, 2020, p. 24-53. (no prelo)

ABDALLA, Maria de Fátima B. Das proposições das políticas educacionais aos desafios da diversidade cultural: o que se espera da profissão docente?. In: ABDALLA, M. F. B. Pesquisas em Educação: políticas, representações e práticas. Santos: Editora Leopoldianum, 2020, p. 24-53. (no prelo)

ACNUR; CSVM. 2019. Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil. Subsídios para Elaboração de Políticas Públicas.

B BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção. Português como língua de acolhimento para inserção linguística e laboral de imigrantes. Fronteiras linguísticas em contextos migratórios In: Sabine Gorovitz; Dionei Moreira. (Org.). Fronteiras linguísticas em contextos migratórios. 1ed. Brasília: Editora da UnB, 2019, v. 1, p. 157-169

_____. Português Língua de Acolhimento: O que a prática nos ensina? In: Desafios da Formação de Professores na Linguística Aplicada. Organizadores: Walkyria Magno e Silva; Wagner Rodrigues Silva; Diego Muñoz Campos. Campinas. Pontes Editora. P. 209-226. 2019

_____. Implicites autour des nouvelles migrations dans les discours de la presse brésilienne. L'IMPLICITE DANS LES LANGUES ROMANES: Langue, Texte et Discours. In: ISABEL ROBOREDO SEARA; ISABELLE SIMÕES MARQUES. Lisboa. Universidade Aberta de Lisboa. P. 194 – 203 – 2019

BARROS, Beatriz de Souza; VINCENZI, Brunela Vieira de ; OLIVEIRA, I. T. A. ; VENTURINI, S. A. S. . Princípio da unidade familiar na proteção de refugiados e solicitantes de refúgio. In: CANTINI, Adriana Hartemink; AGUIAR, Euzelene

- Rodrigues; ROCHA, Sheila Marta Carregosa. (Org.). Direitos Humanos, Grupos Vulneráveis e Violências: Volume 2. 1ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2019, v. 2, p. 27-39;
- ____.; VINCENZI, Brunela Vieira de ; Rotelli, Isabella ; Vieira, Matheus . Interpretação e aplicação das cláusulas de exclusão - um estudo de caso: ?SK (Zimbabwe) v. Secretary of Home Department?. In: CANTINI, Adriana Hartemink; AGUIAR, Euzelene Rodrigues; ROCHA, Sheila Marta Carregosa. (Org.). Direitos Humanos, Grupos Vulneráveis e Violências: Volume 2. 1ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2019, v. 2, p. 15-26;
- ____.; VINCENZI, Brunela Vieira de ; VENTURINI, S. A. S. . Princípio da unidade familiar na proteção de refugiados e solicitantes de refúgio. In: Adriana Hartemink Cantini; Euzelene Rodrigues Aguiar; Sheila Marta Carregosa Rocha. (Org.). Direitos Humanos, Grupos Vulneráveis e Violências: Volume 2. 1ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2019, v. 2, p. 27-39.
- BEZERRA, C. B., Martins-Borges, L., & Cunha, M. P. (2019). Filhos das fronteiras: revisão de literatura sobre imigração involuntária, infância e saúde mental. *Rev.CES Psico*, 12(2), 26-40.
- BORGES, L., LODETTI, M., JIBRIN, M., & POCREAU, J. Inflexões epistemológicas: a Etnopsiquiatria. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31, 2019, 249-255.
- BRIGNOL, L. D.; COGO, Denise; MARTINEZ, S. L. Redes: dimensión epistemológica y mediación constitutiva de las mutaciones comunicacionales y culturales de nuestro tiempo. In: Nilda Jacks; Daniela Schmitz; Laura Wottrich. (Org.). Un nuevo mapa para investigar la mutación cultural. Diálogo con la propuesta de Jesús Martín-Barbero. 1ed. Quito, Ecuad: Ediciones Ciespal, 2019, v. 1, p. 187-214.
- ____. Comunicação Midiática e Migrações Transnacionais: Percursos de Análise da Representação Midiática à webdiáspora Senegalesa. In: REDIN, Giuliana.. (Org.). Migrações Internacionais: Experiências e Desafios para a Proteção e Promoção de Direitos Humanos no Brasil. 11ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2020.
- ____.; CURI, Guilherme; Ribeiro, B. p.; TEIXEIRA, Leandra C. Representação midiática dos Migrantes Venezuelanos na Mídia Brasileira: Uma Análise dos Portais FOLHA DE SÃO PAULO E GAÚCHAZH. In: REDIN, Giuliana..

(Org.). Migrações Internacionais: Experiências e Desafios para a Proteção e Promoção de Direitos Humanos no Brasil. 11ed.Santa Maria: Editora UFSM, 2020.

C CALVO DEL OLMO, FRANCISCO JAVIER; ERAZO MUÑOZ, ANGELA MARÍA La intercomprensión como herramienta para la integración educativa en el espacio sudamericano: posibilidades, dinámicas y límites a partir de las experiencias del programa PEIF y de la UNILA. REVISTA IBEROAMERICANA DE EDUCACIÓN (ONLINE). , v.81, p.115 - 134, 2019.

CESARO, F. S.; ZANINI, Maria Catarina Chitolina . Este está 10, mas pra ti eu faço por 5. As sociabilidades no comércio de rua senegalesa em Santa Maria-RS. In: TEDESCO, João Carlos. (Org.). Imigração senegalesa: múltiplas dimensões. 1ed.Porto Alegre: EST Edições, 2019, v. 2, p. 211-245.

____.; ZANINI, Maria Catarina Chitolina JUSTIFICANDO A IRREGULARIDADE: AGÊNCIAS COTIDIANAS DE IMIGRANTES SENEGALESES NO COMÉRCIO DE RUA DE SANTA MARIA (RS) In: REDIN, Giuliana.. (Org.). Migrações Internacionais: Experiências e Desafios para a Proteção e Promoção de Direitos Humanos no Brasil. 11ed.Santa Maria: Editora UFSM, 2020.

D DE OLIVEIRA, MÁRCIO. P-C La trajectoire d'un jeune Haïtien au Brésil : habitus immigrant, distinction et capitalThe trajetory of a young Haitian in Brazil : immigrant habitus, distinction and capital of mobilityA trajetória de um jovem Haitiano no Brasil : habitus imigrante, distinção e capital. L ORDINAIRE DES AMÉRIQUES, v. 226, p. 1-15, 2019.

____. Perfil socioeconômico dos refugiados no Brasil: subsídios para políticas públicas. 1. ed. Brasília: ACNUR, 2020. v. 1. 70p .

____. Sírios e congoleses homens e mulheres refugiados no Brasil: perfil socioeconômico, integração e perspectivas futuras. PLURAL (SÃO PAULO. ONLINE), v. 271, p. 62-89, 2020.

____. Sociabilidades polonesas em Curitiba no início do século XX: uma leitura simmeliana de algumas sociedades esportivo-culturais. In: ANDRÉA DORE; LUIZ CARLOS RIBEIRO. (Org.). O QUE É SOCIABILIDADE?. 1ed.SÃO PAULO: EDITORA INTERMEIOS, 2019, v. 1, p. 215-236.

____.; BARACAT, F. K. Z. . Descendentes de Sírio-libaneses na política

- paranaense, 1947-2018. In: Ricardo Costa de Oliveira; Mônica Helena Harrich Silva Goulart. (Org.). Família, política e etnicidade. 1ed.São Paulo: Editora Liber Ars, 2020, v. , p. 129-159.
- ____.; PEREDA, L. ; SILVA, L. C. ; MARCHIORO, P. F. . IMIGRAÇÃO HAITIANA EM CURITIBA E CRISE ECONÔMICA: O EMPREGO ESTRATÉGICO DAS REDES MIGRATÓRIAS E OS CAPITAIS DE MOBILIDADE EM CONTEXTO DE CRISE. MONÇÕES: REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFGD, v. 8, p. 165-195, 2019.
- ____.; QUAGLIATO, H. V. . Imigração e política: candidaturas de representantes da comunidade de descendentes de ucranianos à câmara municipal de Curitiba, 1988-2016. In: Edina Schimanski; Adriano Smolarek; Alexandre Almeida Rocha. (Org.). Direitos humanos, migrações e refúgio. 1ed.Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2019, v. 1, p. 141-176.
- ____.; Ribeiro, Luiz Carlos (Org.) . Sociedades em movimento. Fluxos internacionais, conflitos nacionais. 1. ed. São Paulo: Editora Intermeios, 2020. v. 1. 289p.
- ____.; Ribeiro, Luiz Carlos . Sociedades em Movimento: uma análise crítica. In: Márcio de Oliveira; Luiz Carlos Ribeirto. (Org.). Sociedades em movimento. Fluxos internacionais, conflitos nacionais. 1ed.São Paulo: Editora Intermeios, 2020, v. 1, p. 7-18.
- ____.; ROCHA, R. M. . Polish Names in Addresses in Curitiba (Paraná-Brazil): Homage, Recognition, and Visibility of an Immigrant Group. In: Erica Sarmiento; Renata Siuda-Amborziak. (Org.). Brazil-Poland. Focus on migration. 1ed. Warsaw; Niterói: ASOEC-UNIVERSO; Warsaw: ASC-UW, 2019, v. 1, p. 152-175.
- ____.; SILVA, L. C. . Imigrantes latino-americanos no Brasil, 2000-2017. Contribuições para o debate teórico sobre as migrações Sul-Sul. In: Márcio de Oliveira; Luiz Carlos Ribeirto. (Org.). Sociedades em movimento. Fluxos internacionais, conflitos nacionais. 1ed.São Paulo: Editora Intermeios, 2020, v. 1, p. 19-43.
- ____.; SILVA, L. C. ; MARCHIORO, P. F. ; PEREDA, L. . Haitianos no Paraná (Brasil) em 2018: estratégias em momento de crise. REVISTA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE AS AMÉRICAS, v. 13, p. 193-218, 2019.

Dossiê “Deslocamentos Populacionais, Migrações de Crise e Refugiados” na Revista Monções;

E ERAZO MUNOZ, A; DEGACHE, C.; SILVA, R. O contato linguístico e a comunicação plurilíngue como meio de inserção acadêmica dos estudantes estrangeiros In: Fronteiras Linguísticas em contextos Migratórios.1 ed.Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019, p. 11-41.

F FRIEDRICH, T. S. et al. Environmental refugees: global bioethics challenges. Revista Brasileira de Bioética. v. 15 (e10), p. 1-18, 2019. Link: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbb/article/view/23407/25318>

____. The Organization of Migrants Workers in “Worker Centers”: a positive lesson from USA. In: Lawrence Estivalet de Mello; Josiane Caldas; José Antonio Peres Gediel. (Org.). Políticas de Austeridade e Direitos Sociais. 1ed.Curitiba: Kayganguê, 2019, v. 1, p. 294-307. Link:http://www.cnasp.adv.br/sites/default/files/2019-09/Políticas_Austeridade_Direitos_Sociais_Completo.pdf

____.; CRUZ, T. V . Mães e Sequestradoras: a compreensão da violência doméstica e familiar na aplicação da Convenção sobre Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças. In: Barbara Mendonça. (Org.). Gênero e Resistência.. 1ed.Porto Alegre: Editora Fi, 2019, v. 2, p. 37-64.

____.; FURQUIM, A. . Reflexões sobre a sensibilidade de gênero no procedimento de reconhecimento do status de pessoa refugiada: o caso das mulheres salvadorenhas. In: Bárbara Mendonça Bertotti. (Org.). Gênero e Resistência. 1ed.Porto Alegre: Editora Fi, 2019, v. 2, p. 208-227.

____.; PASSOS, A. F. O. . A incompatibilidade da MP 873 com o Direito Internacional. In: NICOLADELI, Sandro Lunard; MELO, Raimundo Simão de Melo; Passos, Andre. (Org.). Financiamento Sindical no Brasil. Reflexões Sociojurídicas

____.; ROSANELI, C.F. ; ROCHA, A. S. P. S. ; CUNHA, T. R. . Segurança alimentar de migrantes e refugiados: um desafio bioético. Revista Brasileira de Bioética, v. 14, p. 192, 2019.

____. et al. Public Education and the Welcoming of Migrants and Refugees in a Brazilian University. Widening Participation and Lifelong Learning Review, v. 21, p. 235-244, 2019. Link DOI : <https://doi.org/10.5456/WPLL.21.2.235>

_____. O Estado de Mal-Estar Social Brasileiro: inspiração, definição pela negativa, conceito e consequências para os imigrantes e refugiados. In: Marco Aurélio Serau Junior; Hector Cury Soares. (Org.). O “Estado de mal-estar social” brasileiro. 1ed. Belo Horizonte: IEPREV, 2020, v. 1, p. 154-167.

____.; PASSOS, A. F. O. . “Quanto mais o tempo passa, mais eu me sinto estrangeira”: direitos, subjetividades e corpos silenciados pelo processo migratório em “Terra Estrangeira”. In: Ezilda Melo; Marcos Serau. (Org.). Direito e Cinema Brasileiro. 1ed. Lisboa: Editora - Lisbon International Press, 2020, v. 1, p. 480-491.

____.; TREVISAN, N M . Uma necessária readaptação do reconhecimento dos direitos humanos: por uma emancipação do ser humano pela sua igual dignidade e diferença cultural. Inter: Revista de direito internacional e direitos humanos da Ufrj, v. 2, p. 1-22, 2019.

G GARCIA, Fernanda de Deus. A interpretação comunitária em entrevistas de solicitação de refúgio: ultrapassando os limites da transferência linguística. Caderno de Debates Refúgio, Migração e Cidadania, v. 14, n 14, Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2019, p 67 - 82.

GEDIEL, J. A. P.; CORRÊA, A. E. . Interpretações - Art.113 do Código Civil. In: Floriano Peixoto Marques Neto; Otávio Luiz Rodrigues Jr.; Rodrigo Xavier Leonardo. (Org.). Comentários A Lei De Liberdade Econômica: Lei 13874-2019. 1ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2019, v. 1, p. 327-361.

_____. Políticas de Austeridade e direitos sociais. 1. ed. Curitiba: Kayngangue, 2019. v. 1. 399p .

_____. Trabalhadores Migrantes, mercado de trabalho e precarização. In: Lawrence Estivalet de Mello, Josiane Caldas, José Antonio Peres Gediél., (Org.). Trabalhadores Migrantes, mercado de trabalho e precarização. 1ed. Curitiba: Kayngangue, 2019, v. 1, p. 248-261.

____.; FRIEDRICH, TATYANA SCHEILA ; BALOTIN, FELIPE . Public Education and the Welcoming of Migrants and Refugees in a Brazilian University. WIDENING PARTICIPATION AND LIFELONG LEARNING, v. 21, p. 235-244, 2019.

____.; MELLO, L. E. (Org.). EROSÃO DE DIREITOS: reformas neoliberais e assédio institucional. 1. ed. Curitiba: Kayngangue, 2019. v. 1. 278p .

____.; MELLO, L. E. . A Terra dos Homens Vermelhos: Mitos e Tensões do Liberalismo Jurídico no Brasil. In: Ezilda Melo. (Org.). Direito e Cinema Brasileiro. 1ed.São Paulo: Lisbon Internacional, 2020, v. 1, p. 266-271.

GOMES, C.; FACUNDO, A.; MICHELINE, M.; HAMID, S. (ORGs). 2019. Pessoas em Movimento: práticas de gestão, categorias de direito e agências. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa e Editora 7Letras.

GOMES, D. M. (Org.) ; GOROVITZ, S. (Org.) . Fronteiras linguísticas em contextos migratórios. 1. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2019. v. 1. 294p.

GOROVITZ, S.; GOMES, D. M. Contatos e mistura de línguas: o exemplo dos Brasileiros na Guiana Francesa. In: Sabine Gorovitz; Dionei Moreira. (Org.). Fronteiras linguísticas em contextos migratórios. 1ed.Brasília: Editora da UnB, 2019, v. 1, p. 7-294.

H HAYDU, M. ; INOUE, S. V. ; SILVEIRA, CÁSSIO ; MARTIN, D. . Therapeutic itineraries of Congolese refugees in the city of São Paulo. GLOBAL PUBLIC HEALTH (ONLINE), v. 15, p. 1, 2020. 2.

J JUBILUT, Liliana Lyra et al. Direitos Humanos e COVID-19: Impactos em Direitos e para Grupos Vulneráveis. 2020. (Relatório de pesquisa).

____. et al. Direitos Humanos e COVID-19: Respostas e Estratégias de Enfrentamento. 2020. (Relatório de pesquisa).

____.; LOPES, R. O. (Org.); GARCEZ, G. S. (Org.); FERNANDES, A. P. (Org.). Direitos Humanos e Vulnerabilidade e o Direito Humanitário. 1. ed. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2019

____.; SILVA, J. C. J. COVID-19 at the Brazil-Venezuela borders: the good, the bad and the ugly. OpenDemocracy, 2020 (Artigo em meio eletrônico).

L LING, Chiou Ruey. A redescoberta continuada de identidade, o acolhimento dos refugiados e a educação. In: ABDALLA, M. F. B. Pesquisas em Educação: políticas, representações e práticas. Santos: Editora Leopoldianum, 2020, p. 369-384. (no prelo)

Livro Entre Lugares: trajetórias de migrantes, refugiados e apátridas

M MACHADO, Gustavo da Silva, Barros, Allyne Fernandes Oliveira, &

Martins Borges, Lucienne. (2019). A escuta psicológica como ferramenta de integração: práticas clínicas e sociais em um Centro de Referência de Atendimento a Imigrantes em Santa Catarina. REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana , 27(55), 79-96

MAHEIRIE, K; Gomes, M.A; Tonial, F; Minchoni, T; Ardnt, A.D; Correa, B. (2019). Subjetivação política e aumento da potência de ação: quem são os usuários dos CRAS? 25, 2, Psicologia em Revista, 874-890.

MARTÍNEZ, S.; DUTRA, D. Heteroidentificação e autoidentificação: ser imigrante no Brasil, uma sociedade racializada. In: Lídia de Oliveira Xavier; Carlos F. Domínguez Avila; Vicente Fonseca. (Org.). Política, Cultura e Sociedade na América Latina. Estudos interdisciplinares e comparativos. Volume 6. 1ed. Curitiba: Editora CRV, 2019, v. , p. 409-426.

MINCHOLA, L. A. B.. Que Lei de Migração é Essa? In: REDIN, Giuliana.. (Org.). Migrações Internacionais: Experiências e Desafios para a Proteção e Promoção de Direitos Humanos no Brasil. 11ed.Santa Maria: Editora UFSM, 2020.

O _____. Universidade e Acolhimento: as Experiências do Migradidh na UFSM. Revista Limiares, v. 2, p. 32-36, 2019. MINCHOLA, L. A. B.. ?Veias abertas? da cidadania: nacionalidade, imigração e igualdade formal no Brasil contemporâneo. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2019. 138p .

Obra coletiva “Panorama das Migrações Internacionais no Mato Grosso do Sul” no prelo

P PACÍFICO, A. M. C. P.; ARAUJO NETO, R. A. L. . A proteção nacional e internacional aos deslocados ambientais: os deslocados do sertão nordestino brasileiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. v. 1. 121p.

_____. Os Deslocados Ambientais do Sertão do Nordeste Brasileiro. In: Liliana Lyra Jubilut; Érika Pires Ramos; Carolina de Abreu Batista Claro; Fernanda de Salles Cavedon-Capdeville. (Org.). Refugiados ambientais. 1ed.Boa Vista: Editora da UFRR, 2018, v. 1, p. 494-534.

PACÍFICO, A. M. C. P.; SANTANA, M. de L. N. (Org.) . Português como Língua de Acolhimento. 1. ed. Joao Pessoa: EDUEPB, 2019. v. 1. 178p (E-book) .

____.; SILVA, S. F. L. . A proteção aos refugiados na Paraíba: Uma análise

descritiva do Programa Nacional de Interiorização dos Venezuelanos. In: Rosana Baeninger; João Carlos Jarochinski Silva. (Org.), 1ed.Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2018, v. 1, p. 271-275.

PACÍFICO, A. M. C. P.; VARELA, A. ; PINHEIRO, A. T. ; GRANJA, J. . O estado da arte dos deslocados ambientais no Brasil; Atualização do Diretório Nacional do ACNUR de teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso de graduação em João Pessoa e artigos (2007 a 2017). In: Giovanni Seabra. (Org.). Terras - Políticas públicas e cidadania. 1ed.Ituiutaba: Barlavento, 2019, v. , p. 655-665.

RODRIGUEZ, P. L.; ZANINI, Maria Catarina Chitolina . IDENTIDADES ESTRANGEIRAS NA NARRATIVA DE UMA TELENVELA BRASILEIRA: O PROCESSO DE RECEPÇÃO DE CAMINHO DAS ÍNDIAS. ANIMUS (SANTA MARIA. ONLINE), v. 19, p. 219-237, 2020.

Perfil Socioeconômico dos refugiados no Brasil. Subsídios para elaboração de políticas. Coordenação da pesquisa realizada em todo território nacional. Artigos completos: DE OLIVEIRA, MÁRCIO; GIACOMETTI, R. B. . Imigração clandestina no Paraná, 2006-2017: uma análise a partir de dados da Marinha do Brasil - Diretoria de Portos e Costas. TLA-MELAU REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, v. 13, p. 185-207, 2020.

Perfil Socioeconômico dos refugiados no Brasil. Subsídios para elaboração de políticas. Coordenação da pesquisa realizada no Estado do Paraná.

PETRY, Roberta Morgana; SOUZA, Jéssica Carvalho de. RODAS DE CONVERSA: A LÍNGUA PARA O ACOLHIMENTO DO SUJEITO IMIGRANTE. In: REDIN, Giuliana.. (Org.). Migrações Internacionais: Experiências e Desafios para a Proteção e Promoção de Direitos Humanos no Brasil. 11ed.Santa Maria: Editora UFSM, 2020.

____. RODAS DE CONVERSA: A LÍNGUA PARA O ACOLHIMENTO DO SUJEITO IMIGRANTE. In: REDIN, Giuliana.. (Org.). Migrações Internacionais: Experiências e Desafios para a Proteção e Promoção de Direitos Humanos no Brasil. 11ed.Santa Maria: Editora UFSM, 2020.

R REDIN, G. Migrações Internacionais: Experiências e Desafios para a Proteção e Promoção de Direitos Humanos no Brasil. 1. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2020. v. 1. 254p

____.; BERTOLDO, J. . Lei de Migração e o 'Novo' Marco Legal: Entre a proteção, a discricionariedade e a exclusão. *Travessia - Revista do Migrante*, v. 85, p. 55-72-72, 2019.

____. Regularização Documental da Imigração Senegalesa no Brasil no Novo Marco Legal. In: TEDESCO, João Carlos. (Org.). *Imigração Senegalesa: Múltiplas dimensões*. V. 2.. 1ed.Porto Alegre: EST Edições, 2019, v. 2, p. 265-285.

____.; MINCHOLA, L. A. B. ; ALMEIDA, A. J. . O Papel da Academia na Proteção e Promoção dos Direitos Humanos de Migrantes e Refugiados no Brasil: A prática extensionista do Migraidh/CSVM. In: REDIN, Giuliana.. (Org.). *Migrações Internacionais: Experiências e Desafios para a Proteção e Promoção de Direitos Humanos no Brasil*. 11ed.Santa Maria: Editora UFSM, 2020, v. 1, p. 12-40.

Relatório de pesquisa, vídeo´-curta 15', 'A Vida das mulheres nos Abrigos Humanitários'- e Ensaio Fotográfico a partir da Pesquisa " Rostos e Corpos: entre ruas e Abrigos-Campos, experiência com imigrantes venezuelanas em Roraima-Brasil'-2019 com exposições na UFRR-Centro de Ciencias Sociais , UFPR-Hall da Faculdade de Direito, UNIRIO, UFF, UFSC-Centro de Artes.

Revista Limiares 2019 - A Revista Limiares, dedicada à geopolítica e às questões referentes aos temas de migração e refúgio, é o resultado de um esforço conjunto e horizontal empreendido por estudantes de graduação, pós-graduação e professores do Departamento de Economia e Relações Internacionais e do Departamento de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

S SANCHEZ, D. G. G.; ERAZO MUNOZ, A. A ESCOLA E SEUS ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS: APONTAMENTOS ANTROPOLÓGICOS. *Temas em Educação (UFPB)*, v.v28 n2, p.152 - 171, 2019.

SIFUENTES, Lirian ; ZANINI, Maria Catarina Chitolina . Las identidades. In: JACKS, Nilda; SCHMITZ, Daniela; WOTTRICH, Laura. (Org.). *Un nuevo mapa para investigar la mutacion cultural*. 1ed.Quito: Ediciones Ciespal, 2019, v. 1, p. 241-2262.

SILVA, B. T. A da ; VINCENZI, Brunela Vieira de ; RIBEIRO, C. B. ; COSTA, Manuela Coutinho . NOVAS PERSPECTIVAS GLOBAIS: ANÁLISE CRÍTICA DAS NOVAS GUERRAS, SUJEITOS E DIREITOS. *REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL*, v. 118, p. 71-92, 2020;

SILVA, J. C. J.; JUBILUT, Líliliana Lyra. Venezuelanos no Brasil e a COVID-19. In: Rosana Baeninger; Luís Renato Vedovato; Shailen Nandy. (Org.). Migrações Internacionais e a pandemia de Covid-19. 1ed.Campinas: Núcleo de Estudos de Populações Elza Berquó - NEPO/UNICAMP, 2020, p. 417-425.

SILVA, S. F. L. ; PACÍFICO, A. M. C. P. . A cooperação como instrumento para fortalecer a integração de migrantes forçados venezuelanos na Paraíba em 2018. MONÇÕES: REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFGD, v. 8, p. 308-334, 2019.

____. ; PACÍFICO, A. M. C. P. ; TEIXEIRA, M. da S. ; SANTANA, M. de L. N. . QUALIDADE DE VIDA E INTEGRAÇÃO DOS VENEZUELANOS INTERIORIZADOS EM JOÃO PESSOA ENTRE 2017 E 2019. In: Giovanjni Seabra. (Org.). Educação Ambiental - o desenvolvimento sustentável na economia globalizada. 1ed.Ituiutaba: Barlavento, 2020, v. 1, p. 824-833.

SILVA-FERREIRA, Alisson Vinícius, Martins-Borges, Lucienne, & Willecke, Thiago Guedes. (2019). Internacionalização do ensino superior e os impactos da imigração na saúde mental de estudantes internacionais. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), 24(3), 594-614.

____. (2019). Clínica Psicanalítica da Toxicomania: Reflexões Teóricas e Manejo Clínico. Rev. ECOS – Estudos Contemporâneos da Subjetividade, 9(2).

SILVEIRA, C.; MARTIN, D.; GOLDBERG, ALEJANDRO. La vida confeccionada entre retazos de tela: trabajo, vivienda y salud en inmigrantes bolivianos de la ciudad de São Paulo. TRABAJO Y SOCIEDAD, v. 32, p. 431-449, 2019.

STURZA, E. R. Política Linguística em Movimentos: #Fica Espanhol no RS. In: Fagundes/ Angelise; Lacerda/ Denise; Santos/ Giane. (Org.). # Fica Espanhol no RS: Política Linguística, Formação de Professores, Desafios e Possibilidades. 1ed.Campinas: Pontes, 2019, v. 1, p. 119-130.

____. ‘Portunhol’: língua, história e política. Gragoatá (UFF), v. 24, p. 95, 2019.

STURZA, E. R.. Portunhol como Patrimônio Cultural: uma Questão Político-Linguística. In: Maria cleci Venturini; Loremi Loregian-Penka; Denise Gabriel Witzell. (Org.). Linguística na Contemporaneidade: Interfaces, Memórias e Desafios. 1ed.Campinas: Pontes, 2019, v. 1, p. 175-190.

T TROITINHO, Bruna R. POLÍTICA DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR E O

SONHO DO DIPLOMA DIÁSPORA HAITIANO. Revista Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.8. n.16, jul./dez.2019

V VILALVA, Adriana Mallmann. Multiculturalismo e a Escola: a dificuldade de conviver com o outro. In: ABDALLA, M. F. B. Pesquisas em Educação: políticas, representações e práticas. Santos: Editora Leopoldianum, 2020, p. 355-367. (no prelo)

VINCENZI, Brunela Vieira de; COSTA, Manuela Coutinho ; MENEZES, P. F . O direito humano de acesso à justiça para os refugiados e os obstáculos enfrentados para sua efetivação. REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL, v. 116, p. 173-186, 2019;

____.; COSTA, Manuela Coutinho ; Menezes, Priscila Ferreira . O DIREITO HUMANODEACESSOÀJUSTIÇAPARAOSREFUGIADOSEOSOBSTÁCULOS ENFRENTADOS PARA SUA EFETIVAÇÃO. In: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. (Org.). A Natureza e o Conceito do Direito. 1.ed.Ponta Grossa: Atena Editora, 2019, v. , p. 112-123;

____.; OLIVEIRA, I. T. A. ; Poltronieri, Fernando . A lei de migração e a possibilidade de transferência de presos venezuelanos para cumprimento de pena no Brasil. REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL, v. 119, p. 295-311, 2020;

Z ZANINI, Maria Catarina Chitolina. RESENHA da obra Agricultores familiares em migrações internacionais. CADERNOS CERU (USP), v. 30, p. 443-448, 2019.

Parceiros do ACNUR no Brasil:



O ACNUR Brasil agradece o apoio de todos os seus doadores incluindo:



Doadores privados do ACNUR Brasil:



O ACNUR Brasil agradece o grande apoio e parceria com todas as outras agências da ONU, autoridades brasileiras (a nível federal, estadual e municipal) e organizações da sociedade civil envolvidas na resposta de emergência e nos programas regulares da operação brasileira.



Twitter @ACNURBrasil

Instagram @acnurbrasil

YouTube ACNUR Brasil

Facebook /ACNURPortugues

LinkedIn /company/acnurportugues

acnur.org.br

acnur.org (Américas)

unhcr.org (Global)